



EIXO 1: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA

LUGARES E NÃO-LUGARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SANTA BÁRBARA-BA: IMPLICAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS

Ana Paula Mendes Duarte

UEFS

profaanapauladuartefsa@gmail.com

Resumo

O presente resumo deriva da dissertação de mestrado intitulada *“Lugares e não-lugares da Educação do Campo: um olhar para as políticas públicas educacionais em Santa Bárbara-BA”*, que teve por objetivo investigar o espaço político, pedagógico e institucional reservado à Educação do Campo nas políticas educacionais municipais. Partindo da problematização sobre o impacto das políticas públicas educacionais, a partir da elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação (PME) de Santa Bárbara-BA, procurando mapear os espaços (lugares) em que essa concepção de educação é efetivamente considerada e os vazios (não lugares) onde permanece esquecida ou apenas nominalmente mencionada. A pesquisa focou no Plano Municipal de Educação (PME) de Santa Bárbara (2015), no Documento Curricular Referencial de Santa Bárbara (DCRSB, 2021) e nos relatórios de monitoramento das políticas municipais, articulando três eixos principais: (i) a participação dos sujeitos do campo e dos movimentos sociais no processo; (ii) a presença de metas, estratégias e ações específicas para Educação do Campo; (iii) o funcionamento da rede escolar rural, especialmente em face do processo de nucleação e fechamento de unidades. Embora o PME reconheça a ausência histórica de políticas voltadas às especificidades da população rural, apenas 19 das 196 estratégias (9,69%) apresentam relação direta com a Educação do Campo, distribuídas em níveis variados de alinhamento conforme as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (2002). A limitada participação de sujeitos do campo e Movimentos Sociais na elaboração do plano comprometeu a escuta das demandas locais e a incorporação de seus saberes, fragilizando o caráter democrático e representativo do processo. Além disso, o PME reproduz em grande medida a estrutura do Plano Nacional de Educação (PNE), sem



considerar as especificidades socioterritoriais do município. Essa reprodução gera o esvaziamento da Educação do Campo, tratada genericamente como modalidade, sem articulação concreta com os contextos do campo. Por exemplo, a estratégia que prevê a eliminação das classes multisseriadas até 2020 ignora que tais arranjos, quando bem estruturados, são fundamentais para garantir o acesso em áreas isoladas, conforme estudos de Arroyo (1999), Santos et al. (2009) e Hage (2010). Algumas estratégias demonstram potencial de fortalecimento, como a readequação da proposta curricular ao contexto do campo (2.14) e a priorização das escolas rurais em tempo integral (6.7), mas carecem de planejamento articulado e de recursos claros para sua implementação. A análise da infraestrutura escolar revelou que muitas escolas rurais permanecem vinculadas administrativamente a unidades urbanas, sem autonomia financeira, contrariando diretrizes que defendem a gestão democrática e a valorização dos saberes locais. No âmbito curricular, o DCRSB confirma a invisibilidade da Educação do Campo, subordinando sua abordagem à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), limitando sua autonomia e esvaziando seu caráter emancipatório. Não há proposições didático-pedagógicas específicas nem mecanismos de formação docente voltados à realidade do campo, o que distancia a educação das práticas culturais e identitárias das populações rurais de Santa Bárbara. Apesar do reconhecimento simbólico de práticas culturais do campo no calendário oficial municipal — como reisados, farinhadas, festas do lavrador e bumba meu boi —, essas manifestações não se traduzem em ações pedagógicas concretas, configurando mais um não-lugar da Educação do Campo nas políticas locais. O monitoramento do PME sofre com fragilidades relacionadas ao armazenamento e publicação de relatórios, devido à fragmentação e rotatividade das equipes, ausência de repasse de arquivos em mudanças de gestão, e pouca atuação do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação, comprometendo a transparência e o controle social. A nível nacional, o sistema PNE em Movimento deixou de atualizar os dados, evidenciando fragilidades institucionais no acompanhamento dos Planos Decenais. No período entre 2015 e 2022, o número de escolas rurais caiu de 35 para 21, enquanto as matrículas permaneceram estáveis (3.650 para 3.922), sugerindo migração de alunos sem contrapartida em políticas estruturantes como transporte, apoio pedagógico



e reforço da identidade camponesa. Um dos principais desafios evidenciados refere-se ao trabalho docente no campo. A sub-representação da Educação do Campo nas políticas educacionais implica diretamente nas condições de trabalho dos professores e professoras, que enfrentam precarização, falta de formação específica e ausência de apoio institucional. A ausência de diretrizes curriculares contextualizadas e de políticas de formação continuada limita a possibilidade de práticas pedagógicas críticas, contextualizadas e comprometidas com a diversidade cultural e os direitos humanos. O trabalho docente surge como uma importante trincheira de resistência e reinvenção da escola pública no campo, que precisa ser apoiado por políticas públicas que assegurem condições materiais e simbólicas para o exercício profissional digno. Isso inclui transporte adequado, materiais didáticos contextualizados, valorização salarial, estabilidade funcional e, sobretudo, a ampliação dos espaços de escuta e decisão dos professores e professoras. A formação continuada docente deve estar fundamentada em metodologias que articulem teoria e prática, valorizando o conhecimento produzido pelos sujeitos do campo e promovendo a leitura crítica da realidade local, conforme preconiza Freire (2019). Reconhecer os professores do campo como sujeitos centrais na construção da educação é condição indispensável para superar as contradições e promover uma prática pedagógica emancipadora. A pesquisa evidencia que a Educação do Campo em Santa Bárbara permanece relegada a não-lugares nos documentos e práticas das políticas públicas educacionais, reproduzindo modelos genéricos e negligenciando demandas históricas, culturais e identitárias das populações do campo. O processo de nucleação e fechamento de escolas rurais revela um modelo centralizador e pouco sensível à diversidade territorial, com impactos diretos sobre o direito à educação das crianças e jovens do campo. Assim, é urgente reposicionar a Educação do Campo como política estruturante no município. A transformação dos não-lugares em espaços vivos de afirmação cultural, participação social e garantia do direito à educação com justiça social e respeito à diversidade dos povos do campo é o grande desafio para a construção de um projeto educacional democrático e emancipador em Santa Bárbara.

Palavras-chave: Educação do Campo; políticas educacionais municipais; gestão democrática.



Referências

ALEXANDER, M. E. C. Planos Decenais de Educação: Um Estudo de Caso do Brasil. **Ministério da Educação**, 2021. Disponível em: <https://www.tcesc.tc.br/sites/default/files/ALEXSANDER_MEC_TCE_EDUCA_2021_09_28.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

AUGÉ, M. Los "no lugares": espacios del anonimato – una antropología de la sobremodernidad. Tradução de Margarita Mizraji. 5. reimp. Barcelona: Gedisa, 2000. Título original: **Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité**. Disponível em: <https://designblog.uniandes.edu.co/blogs/dise2609/files/2009/03/marc-auge-los-no-lugares.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2025.

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores(as) do campo**. Cad. CEDES, Ago. 2007, vol.27, no. 72, p.157-176.

ARROYO, M. G. "Pluralidade como condição para educação integral." **Centro de Referências em Educação Integral**. Entrevista. Disponível em: educacaointegral.org.br. Acesso em: 03 de out. 2024.

BOURDIEU, P. **Os excluídos do interior**. In: BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 39-69.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Institui o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2730-pne-lei-10172-09-01-01&Itemid=30192#:~:text=O%20primeiro%20Plano%20Nacional%20de,Lei%20n%C2%BA%204.024%2C%20de%201961. Acesso em 03 de abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 4 abr. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

CALDART, R. S. Educação do Campo: Notas para uma Análise de Percurso. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual**. Revista de Educação, 40(2), 197-214. 2015. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/verProducao?idProducao=280289&key=072c077c4aef39fe4f804ac7eeb654bc>. Acesso em 12 fev. 2024.



CARNEIRO, V. M. O., DUARTE, A. P. M. Orgs. **Contribuições para construção de um currículo contextualizado para o Semiárido**. Feira de Santana- BA: MOC/Curviana. 2013.

CAVALCANTI, A. de H.; CARVALHO, W. L. de. **A Educação do Campo no Cenário da Política Educacional Brasileira: Breve Histórico**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 30, n. 2, p. 1-18, maio/agosto, 2021.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

COSTA, L. M.; BATISTA, M. S. X. O currículo na perspectiva da educação do campo: contraponto às políticas curriculares hegemônicas. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58081>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária; Anpae, 2017. 216 p. ISBN: 978-85-93380-18-1.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE). **Documento Final da 2ª Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014**. Brasília: FNE, 2015. Disponível em: <https://fne.mec.gov.br/images/DocumentoFinal29012015.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 60ª Edição, 2019.

FRIGOTTO, G.(2011). **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma**. In Munarim, A. et al.(Orgs.). Educação do campo: reflexões e perspectivas (pp. 19-45). 2. ed. Florianópolis: Insular.

GENTILI, P. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina**. Educação e Sociedade, v. 30, n. 109, p. 1083-1117, Dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

HAGE, S. M. (2010). **Concepções, práticas e dilemas das escolas do campo: contrastes, desigualdades e afirmação de direitos em debate**. In Soares, L., et al.(Orgs.). Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente (pp. 460-476). Belo Horizonte: Autêntica

JANATA, Natacha Eugênia; ANHAIA, Edson Marcos de. Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente. **Educação & Realidade**, Florianópolis, UFSC, v. 44, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623645783>.



Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/syCgqHPMfmYQN8QtggrfqVt/>.
Acesso em: 03 out. 2024.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Monica C. **Por uma Educação Básica do Campo**. Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Brasília, 1999.

LAVAL, C. (2019). **A Escola Não é uma Empresa**. Boitempo Editorial.

LIMA, E. de S., SILVA, A. M. da. (orgs.). **Diálogos sobre Educação do Campo**. 2º ed. Teresina- PI: EDUFPI, 2014.

MARTINS, A. S.; PINA, L. D. Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020052, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8657754. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657754>. Acesso em: 28 out. 2023.

MASSON, G. **O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social**. In: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. **Marxismo(s) & educação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. pp. 18-38.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, M. C. **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. p. 7-9. (Coleção Por uma Educação do Campo, n. 4).

MOLINA, M. C. **A Educação do Campo e o enfrentamento das tendências das atuais Políticas Públicas**. Educação em Perspectiva, Viçosa, MG, v. 6, n. 2, 2015. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v6i2.665. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6809>. Acesso em: 12 fev. 2024.

MUNARIM, Antonio. **O cenário da construção de uma política pública de Educação do Campo**. Marco Social, Instituto Souza Cruz, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 8-11, jul. 2010.

OLIVEIRA, L. V. F. de. **Santa Bárbara e sua história**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo-In: Cidades da Bahia. 1. Bahia- História. 2. Santa Bárbara. 2005.

PIEROBON, J. R. D. **Educação do Campo no Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024**: tramitação do projeto de lei nº 8035/2010. Orientador: Maria Aparecida



Segatto Muranaka. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, São Paulo, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128117/000850715.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 de abr. 2024.

QEDU. **Censo Escolar - Santa Bárbara**. Disponível em:
<https://qedu.org.br/municipio/2927507-santa-barbara/censo-escolar>. Acesso em: 10 jan. 2025.

REIS, E. dos S. **Educação do Campo: escola, currículo e contexto**. Juazeiro-BA: ADAC/UNEB-DCH-III/NEPEC-SAB, 2011.

SANTOS, J. R. dos. Educação do Campo, multisseriação e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 4, e3834, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e3834>. ISSN 2525-4863. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/3834/14653>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SANTOS, M. **Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação**. Ensaio: aval. pol. publ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n. 98, p. 185-212, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v26n98/1809-4465-ensaio-26-98-0185.pdf>. Acesso em: 04 de abr. 2024.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2020.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning. Capítulo 3. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5066895/mod_resource/content/1/leonardo%20secchi_ciclo%20de%20politicas%20publicas.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

SENA, I. P. F. DE S., SILVA, F. D. DE S., & SILVA, W. A. (2024). **A Educação brasileira sitiada: as reformas neoliberais e seus objetivos para a formação da classe trabalhadora**. *Linguagens, Educação E Sociedade*, 28(58), 1–30.
<https://doi.org/10.26694/rles.v28i58.5479>

SILVA, F. D. S. "O 'Território' da Educação do Campo no 'Latifúndio' do Plano Nacional de Educação: os desafios para a garantia do direito à educação". **Revista REVELLI**, Vol. 12, 2020, Dossiê: Políticas para educação superior e Plano Nacional de Educação, ISSN 1984-6576, E-202018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/10042>. Acesso em: 28 set. 2023.

SILVA, F. D. S. CAVALCANTE, L. O. H.; ABREU, L. F. **Relatório Técnico Anual do Projeto de Pesquisa Os Planos Municipais de Educação dos municípios do**



Território do Portal do Sertão: um estudo sobre a Educação do Campo. Feira de Santana: UEFS- PPGE, 2022 (Relatório de Pesquisa).

SILVA, M. do S. Educação do campo e políticas educacionais: avanços, contradições e retrocessos. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 23–41, 2018. DOI: 10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v7n1a2018-04. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/46390>. Acesso em: 15 set. 2024.

SÍTIO IBGE. **Panorama do município de Santa Bárbara, BA.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-barbara/panorama>. Acesso em: 09 set. 2024.

SOUZA, L. A. **Educação do Campo em São Gonçalo dos Campos-BA:** uma análise a partir do Plano Municipal de Educação. Dissertação de Mestrado. UEFS. 2023. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1430>. Acesso em 09 de ago. 2024.

SOUZA, L. A. SILVA, F. D. de S. Monitoramento e avaliação do Plano Municipal de São Gonçalo dos Campos – BA: uma análise sobre Educação do Campo. **Revista Cocar**, Belém, v. 21, n. 39, p. 1-22, 2024. ISSN 2237-0315. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8417/3710>. Acesso em: 07 jan. 2024.